

10^a Jornada de Iniciação Científica

Anais 2015

FUNDAÇÃO



Casa de Rui Barbosa

MINISTÉRIO DA CULTURA

20 de agosto de 2014

www.casaruibarbosa.gov.br

Rua São Clemente, 134 – Botafogo



9ª Jornada de Iniciação Científica

Programação

Abertura

10h – Palavras da Presidente da FCRB e Coordenadora do Programa Institucional de Iniciação Científica – Lia Calabre de Azevedo

Mesa 1: Políticas Culturais e Direito

Avaliador externo: Luiz Augusto Fernandes Rodrigues (UFF)

Moderador: Charles Gomes (FCRB)

10h30min – O Conselho Federal de Cultura e o projeto das Casas de Cultura

Bolsista: Leandro Porto Leal (História/Universidade Veiga de Almeida)

Orientadora: Ana Pessoa dos Santos

10h40min – Ariano Suassuna no Conselho Federal de Cultura (1967-1973)

Bolsista: Pablo Ferreira de Lima (Belas Artes/UFRRJ)

Orientadora: Lia Calabre de Azevedo

10h50min – O Conselho Nacional de Cultura a partir da atuação de Paschoal Carlos Magno

Bolsista: Taísa Diniz Laurindo dos Santos (Produção Cultural/IFRJ)

Orientadora: Lia Calabre de Azevedo

11h – Perspectivas da experiência da lei 8.742/93 para o Sistema Nacional de Cultura: relações federativas e mecanismos de transferência de recursos

Bolsista: Rafael Nascimento Lima de Freitas (Administração Pública/UFF)

Orientadora: Lia Calabre de Azevedo

9ª Jornada de Iniciação Científica

11h10min – O gênero como causa de perseguição no reconhecimento do refúgio

Bolsista: Leda Stopazzolli (Direito/UFRJ)

Orientador: Charles Gomes

11h20min – “Bota a cara no Sol”: estratégias angolanas de ser e permanecer no Brasil

Bolsista: Letícia Oliveira de Santanna (Relações Internacionais/Universidade Estácio de Sá)

Orientador: Charles Gomes

11h30min – Os anti-Rui Barbosa: a obra e a atuação política de Alcindo Guanabara

Bolsista: Yan da Motta Campos (História/UNIRIO)

Orientador: Chrystian Edward Cyrill Lynch

Debate

Mesa 2: Centro de Memória e Informação

Avaliador externo: Maria Luiza Soares (UFRJ)

Moderadora: Ana Pessoa dos Santos (FCRB)

14h – Os Oliveira Castro e Pontes Câmara: síntese e conclusões

Bolsista: Ana Carolina Monay dos Santos (História/UERJ)

Orientadora: Lucia Maria Velloso de Oliveira

14h10min – Tipologia documental na família Barbosa de Oliveira

Bolsista: Camilla Campoi de Sobral (Arquivologia/ UNIRIO)

Orientadora: Lucia Maria Velloso de Oliveira

9ª Jornada de Iniciação Científica

14h20min – *Análise da tipologia documental na família Barbosa de Oliveira*

Bolsista: Ingrid Constantino de Souza (Arquivologia/UNIRIO)

Orientadora: Lucia Maria Velloso de Oliveira

14h30min – *Glaziou, o paisagista do império: uma revisão*

Bolsista: Alyne Fernanda Cardoso Reis (Arquitetura e Urbanismo / Centro Universitário Augusto Motta)

Orientadora: Ana Pessoa dos Santos

14h40min – *Edição textual do site “A casa senhorial”*

Bolsista: Barbara Ribeiro Gonçalves (Letras/UFRJ)

Orientadora: Ana Pessoa dos Santos

14h50min – *Pré-projeto de plano de desastres para a Fundação Casa de Rui Barbosa*

Bolsista: Gabriela Lúcio de Sousa (Conservação e Restauração/UFRJ)

Orientador: Edmar Moraes Gonçalves

Debate

Mesa 3: História e Letras

Avaliador externo: Matildes Demetrio dos Santos (UFF)

Moderadora: Soraia Reolon (FCRB)

15h30min – *Política de separação étnica na escravidão africana no Brasil: até que ponto existiu?*

Bolsista: Cristiane da Rosa Elias (História/UERJ)

Orientadora: Ivana Stolze Lima

9ª Jornada de Iniciação Científica

15h40min – O conhecimento sobre a língua geral de mina no Brasil

Bolsista: Mariane Godoy da Costa Leal Ferreira (História/UFRJ)

Orientadora: Ivana Stolze Lima

15h50min – Martins Pena e a “Revolta dos Coristas”

Bolsista: João Luiz Garcia Guimarães (História/ UFF)

Orientador: Antonio Herculano Lopes

16h – O teatro e o humor gráfico: as charges de Artur Azevedo na revista *O Malho* (1902-1908)

Bolsista: Natália Cristina Rezende da Silva (História/UERJ)

Orientador: Antonio Herculano Lopes

16h10min – Azevedo Amaral, Rubem Braga e Álvaro Moreyra nas páginas de *Diretrizes* (1938-1939)

Bolsista: Pollyana Faria Lopes (Comunicação Social–Jornalismo/ UFRRJ)

Orientadora: Joëlle Rachel Rouchou

16h20min – Corina Coaraci

Bolsista: Larissa Santos de Lira (Letras/UFF)

Orientadora: Eliane Vasconcellos

Debate

Encerramento

17h – “Como um cão a se emplumar: a experiência como bolsista de iniciação científica na Fundação Casa de Rui Barbosa”. Tiago Cavalcante (Professor do Colégio Pedro II, ex-bolsista do Arquivo Museu de Literatura Brasileira/Fundação Casa de Rui Barbosa)



10ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Leandro Porto Leal
Curso/Instituição
História, Universidade Veiga de
Almeida
Orientador
Lia Calabre de Azevedo
Projeto
História das Políticas Culturais
no Brasil
Agência de financiamento
FCRB
Período
agosto 2014 a julho 2015

O Conselho Federal de Cultura e o projeto das Casas de Cultura

A linha interpretativa inaugurada por Roberto Schwarz em seu célebre ensaio “Cultura e política, 1964-1969”, em que o autor argumenta que, apesar da instauração de um regime autoritário e anti-comunista “há relativa hegemonia cultural de esquerda no país”, deve ser lida com serenidade para evitar conclusões equivocadas. Alexandre Stephanou nos mostra que, apesar da censura e da repressão à cultura ocorrerem de modo assistemático e contraditório, os artistas e intelectuais de esquerda sofreram imediatamente o impacto do golpe militar.

Se romancistas, cineastas, poetas, dramaturgos e compositores não eram alvos preferenciais da Operação Limpeza^[1], é fato incontestável que setores da classe artística foram duramente atingidos ainda antes da decretação do AI-5.

Fica nítida a hostilidade dos agentes da repressão e da censura contra os artistas mais militantes e inovadores quando recordamos a depredação total e completa do ISEB^[2], o incêndio da UNE, o número de intelectuais e artistas presos e interrogados, o fechamento e interdição de editoras e livrarias, a devassa de bibliotecas públicas e particulares, a ignominiosa queima de livros, a invasão da peça *Roda viva* e a prática recorrente da intimidação e da censura.

- 1 Operação Limpeza é a forma como foi chamada a primeira ofensiva dos militares contra figuras e instituições políticas associadas ao janguismo ou à esquerda de modo geral
- 2 Instituto Superior de Estudos Brasileiros

10ª Jornada de Iniciação Científica

Em função de tamanha violência, o historiador Nelson Werneck Sodré assinou um corajoso editorial na edição de março de 1965 da *Revista Civilização Brasileira* denunciando o terrorismo cultural praticado no país desde o golpe.

Em resposta ao clima de hostilidade geral, o presidente Castello Branco baixou uma medida positiva em relação à cultura. A 20 de junho de 1965, foi criada uma comissão para elaborar um plano de cultura para o país, instituindo-se, por meio do Decreto-Lei nº 74 do dia 12 de Novembro de 1966, o Conselho Federal de Cultura (CFC).

O CFC permaneceu ativo por quase trinta anos, mas sua atuação foi mais intensa nos primeiros anos sob a presidência de Josué Montello (1967-1968) e Arthur Cesar Ferreira Reis (1969-1972), quando ainda podia contar com um orçamento não tão reduzido, embora sempre insuficiente.

Apesar de sua longevidade, teve uma inserção bastante problemática na estrutura geral do Ministério e nas diretrizes gerais do governo em função de discordâncias de prioridades e linhas de atuação.

Dentre os vários projetos elaborados pelo CFC, o mais bem recebido e marcante foi o das Casas de Cultura, inspirado no modelo francês das Maisons de La Culture, criadas por Andre Malraux. Este foi o único projeto que permaneceu sob responsabilidade do CFC após a Reforma Administrativa que criou novos órgãos executivos na área da cultura e esvaziou política e financeiramente o Conselho.

Este episódio fornece indícios da identificação do conselho com o projeto e nos permite situar as Casas de Cultura como a síntese da concepção de política cultural compartilhada pelos conselheiros e como

10ª Jornada de Iniciação Científica

instrumento possível de execução desta política. Nas Casas, convergiam todos os eixos essenciais da atuação do conselho: a valorização da cultura regional, a exaltação da memória nacional, o incentivo ao civismo, a preservação do patrimônio histórico e artístico, os preceitos de difusão, preservação e incentivo à cultura, característicos do paradigma de democratização cultural hegemônico na época.

Referências bibliográficas

MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001

10ª Jornada de Iniciação Científica

Ariano Suassuna no Conselho Federal de Cultura (1967-1973)

Bolsista

Pablo Ferreira de Lima

Curso/Instituição

Belas Artes, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Orientador

Lia Calabre de Azevedo

Projeto

História da política cultural no Brasil: a ação dos conselhos Federais de Cultura

Agência de financiamento

CNPq

Período

fevereiro 2015 a julho 2015

Considera-se que as iniciativas de política cultural no Brasil começaram no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e que suas ações tiveram um importante papel na consolidação da área no meio público. Esse período ficou marcado pelo processo de institucionalização de diversas áreas culturais e contou com importantes intelectuais na sua construção, personagens esses entrelaçados com movimentos culturais, literários e políticos desde a década de 1920.

Após o golpe militar de 1964, durante o governo do presidente Castelo Branco (1964-1967), foi retomada a discussão sobre a necessidade de elaboração de uma política nacional de cultura. Em novembro de 1966, criou-se o Conselho Federal de Cultura (CFC), nos moldes do Conselho Federal de Educação, com o intuito de reformular a política cultural do país. O Conselho iniciou suas atividades em 17 de fevereiro 1967, constituído por 24 membros fundadores, intelectuais escolhidos diretamente pelo presidente da República, e selecionados por seu histórico de projeção reconhecida nacional e internacionalmente. O CFC era dividido em quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas e patrimônio histórico e artístico nacional, possuindo, ainda, uma comissão de legislação e normas que funcionava como uma quinta câmara.

Para Tatyana Maia (2012, p. 26), o Conselho Federal de Cultura, assim como outras instituições no mesmo período, “tinham como objetivo central orientar as políticas culturais a serem adotadas no país, visando à divulgação da produção cultural e à definição dos padrões culturais adequadas ao direcio-



10ª Jornada de Iniciação Científica

namento político imprimido pelo Estado.” O projeto político do CFC para o setor cultural tem em seus eixos principais “cultura regional, identidade nacional e memória nacional” (MAIA, 2013, p. 28).

O conselheiro Ariano Villar Suassuna (1927-2014) é considerado o maior representante da dramaturgia nordestina de raízes populares. Por sua larga presença no cenário cultural e político brasileiro, foi escolhido pelo presidente da República para ser membro fundador do CFC na Câmara das Artes em 1967. Nesse período, Suassuna era o conselheiro mais jovem, pois todos os membros fundadores ultrapassavam os 50 anos de idade. De uma maneira geral, Suassuna concentrou sua atuação em canalizar verbas para projetos na área do teatro em todo Brasil e, em geral, as propostas que defendia obtinham apoio do Conselho.

Em 1973, Ariano deixa o Conselho após um embate público com o conselheiro Gilberto Freyre sobre a discordância na derrubada de uma Igreja tombada pelo patrimônio histórico no município de Recife. Mesmo com a proposta negativa de Suassuna tendo sido aprovada por unanimidade no Conselho e enviada ao presidente da República, Gilberto conseguiu, com sua influência e interesse, a derrubada do prédio. Com repercussão nacional na época, Suassuna deixa o Conselho com uma nota de apoio do Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional.



10ª Jornada de Iniciação Científica

Referências bibliográficas

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. Políticas e conselhos: um estudo do Conselho Federal de Cultura. In: _____ (Org.). *Políticas culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. v. 2, p. 63.

ENTREVISTA com o escritor Ariano Suassuna. In: *POLÍTICAS Culturais em Revista, Bahia*, 1(1), p. 152-161. Disponível em: <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>. Acesso em: 5 jul 2015.

MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Táisa Diniz Laurindo dos Santos

Curso/Instituição
Produção Cultural, Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia do Rio de
Janeiro (IFRJ)

Orientador
Lia Calabre de Azevedo

Projeto
História das Políticas Culturais no Brasil

Agência de financiamento
CNPq

Período
agosto 2014 a julho 2015

O Conselho Nacional de Cultura a partir da atuação de Paschoal Carlos Magno

Este trabalho se propõe a fazer um estudo da atuação de Paschoal Carlos Magno como Secretário Geral do Conselho Nacional de Cultura a partir da leitura dos documentos referentes a este órgão de 1961 a 1966. A pesquisa busca, por meio das movimentações políticas e culturais de Paschoal, entender as manifestações culturais feitas no Brasil nesta época, de forma a interligá-las com a conjuntura política do mesmo período.

O Conselho Nacional de Cultura foi criado em 1938, mas não há registros que comprovem sua atuação. Sem conhecimento da existência deste, Jânio Quadros, em 23 de fevereiro de 1961, cria, por meio do decreto nº 50.293, um novo Conselho Nacional de Cultura (CNC) subordinado diretamente à Presidência da República. Com a renúncia do presidente em agosto de 1961, o Conselho foi reformulado pelo decreto nº 771, que, desta vez, fazia referências ao de 1938, submetendo-o ao Ministério da Educação e Cultura. Em fevereiro deste mesmo ano, Paschoal Carlos Magno foi nomeado pelo ministro da Cultura como secretário geral do CNC.

O Conselho tinha como finalidade a orientação das atividades culturais do país e era composto por conselho deliberativo, comissões nacionais, plenário e secretaria geral. As comissões nacionais eram: literatura, teatro, cinema, música e dança, artes plásticas, filosofia, história e ciências sociais. As comis-

10ª Jornada de Iniciação Científica

sões eram compostas por figuras de destaque na cultura nacional, como Austregésilo de Athayde, Mário Pedrosa, Livio Abramo, Oscar Niemeyer e Nelson Rodrigues.

Assim que assume o cargo, Paschoal encaminha ao Ministério da Cultura uma proposta de um plano de aplicação do CNC para o mesmo ano. No ofício, cita problemas relacionados ao baixo orçamento do CNC dividido entre as despesas administrativas e as despesas ligadas à produção cultural. Diferente da gestão anterior, Paschoal propõe diversos projetos, demonstrando uma preocupação com questões de acessibilidade cultural. Alguns destes projetos foram: uma semana de música e dança em João Pessoa, a realização de uma quinzena barroca em Pernambuco e Alagoas e o Festival de Sergipe. Buscando alcançar um público maior, neste mesmo ano, Paschoal cria e submete à aprovação do Conselho um projeto de grande porte nomeado “Trem da Cultura”. A ideia se baseava na utilização da rede ferroviária para transportar manifestações artísticas para vários lugares do Brasil. As manifestações aconteceriam em um trem em que cada vagão comportaria uma atividade artística. Com o projeto já aprovado, a empresa ferroviária desiste e o mesmo não acontece. Em 1964, Paschoal cria o projeto Caravana da cultura, que foi concretizado, percorrendo o Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil.

A visão de Paschoal a respeito da cultura ignorava a pluralidade cultural do país, uma vez que este afirmava querer levar cultura para lugares onde esta não existia. Entretanto, dentro do contexto histórico em que estava inserido, discussões a respeito da existência de uma cultura popular que ia além do folclore e do samba não eram comuns. A exaltação das artes eruditas sobre as populares ainda era muito forte. Assim, para a época, as ideias de Paschoal e o fato de ele ter um olhar voltado para localidades,

10ª Jornada de Iniciação Científica

de certa forma, abandonados pelo poder público, demonstram uma preocupação social e de construção de um país com acesso a cultura.

Em 1964, com a ditadura militar, Paschoal é afastado do cargo de Secretário Geral do CNC, e o seu projeto da Caravana da Cultura é cancelado. O CNC, então, começa a sofrer uma perda orçamentária e suas atividades decrescem.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto n. 771, de 23 de março de 1962. O Conselho Nacional de Cultura tem por finalidade a orientação e a coordenação das atividades culturais do país. *Lex*: Diário Oficial da União, seção 1, p. 3.407 mar. 1962. Legislação Federal e Marginália.

BRASIL. Decreto n. 50.293, de 23 de fevereiro de 1961. Cria o Conselho Nacional de Cultura e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50293-23-fevereiro-1961-390034-publicacaooriginal-1-e.html>.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Perspectivas da experiência da lei 8.742/93 para o Sistema Nacional de Cultura: relações federativas e mecanismos de transferência de recursos

Bolsista
Rafael Nascimento Lima de Freitas

Curso/Instituição
Administração Pública, Universidade
Federal Fluminense (UFF)

Orientador
Lia Calabre de Azevedo

Projeto
Relações federativas: mecanismos
de transferência de recursos
intergovernamentais e critérios de
partilha no Sistema Nacional
de Cultura

Agência de financiamento
FCRB

Período
agosto 2014 a julho 2015

Este trabalho tem por finalidade maior apontar argumentos teóricos introdutórios que apontem para o fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura em face da análise das experiências nas relações federativas frente aos mecanismos de transferências de recursos nas experiências de outros sistemas, como é o caso do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), regido pela lei 8.742/93 e por sua Norma Operacional Básica (NOB).

Os objetivos específicos do estudo são: apontar as condições das relações interfederativas no SUAS e mostrar argumentos para a implementação do mecanismo “fundo a fundo” de transferência de recursos no Sistema Nacional de Cultura.

O recurso adotado na análise foi o estudo de caso, verificando-se os pressupostos de funcionamento do SUAS, a fim de se levantarem condições para o fortalecimento da experiência do Sistema Nacional de Cultura, com base na análise da experiência da lei 8.742/93 e da Norma Operacional Básica do SUAS.

A partir da análise da experiência institucional do SUAS, foi possível obter as seguintes conclusões: adoção do regime de gestão compartilhada, adotando-se o modelo de cofinanciamento e cooperação entre os entes federados de forma articulada; uso de índice Índice de Gestão Descentralizada (IGD) como meio de cálculo de montante para repasse de recursos; estabelecimento de mecanismo de transferência fundo a fundo (do Fundo Nacional para Fundo Estadual e Fundo Municipal), mecanismo este que opera

10ª Jornada de Iniciação Científica

de forma automática desde que preenchidas as seguintes condições: efetivo funcionamento do Conselho de Assistência Social (CAS), do Fundo de Assistência Social, do Plano de assistência Social e efetiva comprovação orçamentária dos recursos destinados à assistência social e seu alocamento no FAS.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL, Norma Operacional Básica NOB/SUAS, de julho de 2005.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Leda Stopazzoli
Curso/Instituição
Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Orientador
Charles Gomes
Projeto
Reassentamento de Refugiados no Brasil
Agência de financiamento
CNPq
Período
agosto 2014 a julho 2015

O gênero como causa de perseguição no reconhecimento do refúgio

Atualmente, há cerca de 55 milhões de pessoas ao redor do mundo que foram forçadas a deixar seus países. Metade desta população é formada por meninas e mulheres. Por encontrarem-se em posição econômica e social desfavorecida na maior parte das sociedades, as mulheres desacompanhadas e meninas tornam-se um grupo especialmente vulnerável quando há a ausência da proteção estatal que provoca o refúgio.

A experiência de deslocamento forçado é marcada pela questão do gênero em todos os momentos, desde sua origem, passando pela saída de seu país e chegada a outro território, pela solicitação de refúgio, e persistindo na integração à nova comunidade.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e o seu Protocolo de 1967 definem como refugiado a pessoa que possui um bem fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e que se encontra fora do seu país de residência habitual, não podendo ou não querendo ter a sua proteção estatal.

Apesar de fonte de grandes violações do direito à liberdade, a perseguição por razão de gênero não encontra previsão nos diplomas internacionais que dispõem sobre o instituto do refúgio. No entanto, à medida que o tema do gênero no campo dos direitos humanos e as demandas do movimento feminista foram ganhando relevância nas discussões internacionais, o ACNUR foi gradualmente incluindo esta hipótese em suas conclusões e recomendações.

10ª Jornada de Iniciação Científica

A partir de revisão bibliográfica de artigos e documentos oficiais do ACNUR relacionados ao tema do gênero e refúgio, o presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução da aceitação da perseguição motivada pelo gênero como hipótese de reconhecimento do refúgio no âmbito do direito internacional.

Em 1975, a ONU organizou a Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, na Cidade do México, proclamando a década de 1976-1985 como a Década da Mulher. Neste período, foram realizadas quatro conferências, em que a realidade das mulheres refugiadas esteve entre os temas discutidos, resultando em recomendações no sentido de engajar os Estados na prevenção e punição da violência contra a mulher e em dar a devida assistência e proteção a mulheres e crianças refugiadas.

Em 1985, após a Terceira Conferência Mundial sobre as Mulheres, o Comitê Executivo do ACNUR, na sua Conclusão nº 39, reconhece que mulheres, quando vítimas de perseguição por razões de gênero, como consequência de transgressão aos costumes sociais, podem ser consideradas como um “grupo social”, em conformidade com a Convenção de 1951. Entre 1985 e 2003, ao menos oito conclusões do Comitê Executivo e três *Guidelines* publicadas pelo ACNUR visaram à promoção da perspectiva do gênero nas políticas e programas relativos ao refúgio.

Em 2002, o ACNUR publicou o “*GUIDELINES ON INTERNATIONAL PROTECTION: Gender-Related Persecution within the context of Article 1A(2) of the 1951 Convention and/or its 1967 Protocol relating to the Status of Refugees*”, em que afirma que, apesar de gênero não estar presente na definição de refúgio adotada pela Convenção de 1951, a sua correta interpretação abrange as perseguições relacionadas ao gênero, entre elas o tráfico humano para fins de prostituição forçada ou exploração sexual, aborto ou

esterilização forçados e práticas tradicionais como a mutilação genital, além da violência doméstica e familiar quando o Estado, por posicionamento político, é discriminatório e omissivo quanto à sua prevenção e devida punição.

Assim como a comunidade internacional está em constante transformação, o sistema internacional do refúgio precisa ser tratado com dinamismo pelos agentes envolvidos, devendo sua abrangência ser estendida a todas as situações em que se observa a falta de proteção dos direitos humanos pelo Estado, que deveria fazê-lo. Observa-se que este posicionamento é recomendado pelo ACNUR, ao interpretar extensivamente a definição de refúgio, ampliando-a aos inúmeros casos de mulheres e meninas vítimas de graves violações de direitos humanos relacionadas ao gênero.

Referências bibliográficas

ACNUR. *Conclusions Adopted By The Executive Committee On The International Protection of Refugees 1975 – 2004 (Conclusion No. 1 – 101)*. 2005. Disponível em <http://www.unhcr.org/41b041534.html>. Acesso em: 5 jul. 2015.

MARTIN, Susan F. Gender and the evolving refugee regime. *Oxford Journals "Refugee Survey Quarterly"*, v. 29, n. 2, p. 104-121, 2010.

10ª Jornada de Iniciação Científica

“Bota a cara no Sol”: estratégias angolanas de ser e permanecer no Brasil

Bolsista
Letícia Oliveira de Santanna
Curso/Instituição
Relações Internacionais, Universidade
Estácio de Sá
Orientador
Charles Gomes
Projeto
Reassentamento de Refugiados no Brasil
Agência de financiamento
CNPq
Período
agosto 2014 a julho 2015

Introdução

Até o ano de 2013, segundo a Cáritas RJ, a cidade do Rio de Janeiro abrigava em seu território cerca de 4.546 refugiados, sendo 63% destes oriundos de países africanos, 40% de Angola. Para além do comércio de “peças humanas”, nas grandes cidades portuárias brasileiras, sempre houve intensa troca comercial de produtos de diferentes setores, cujo destino ou origem se davam em Luanda. Nossas relações bilaterais já foram tão estreitas que, quando o Brasil deixou de ser colônia de Portugal, cogitou-se anexar Angola ao novo país independente. A Guerra Civil Angolana, iniciada em 1975, manteve o país desestabilizado por décadas, levando muitos angolanos a se exilarem em diversos países do globo. A cidade do Rio de Janeiro foi uma das principais sociedades de destino, tendo no Complexo de Favelas da Maré uma das maiores colônias do país. Com a crise econômica de 2008 na Europa, muitos africanos dos PALOP’s continuam vendo no Brasil a chance de estruturar uma carreira de sucesso, mantendo, portanto, o fluxo de atravessamentos.

O Brasil tem se tornado referência internacional quando se trata de abrigo a imigrantes e refugiados. Segundo a ACNUR, o país lidera o ranking dos Estados Sul Americanos receptores. Estima-se que, até o fim de 2015, tenhamos recebido 17 mil novas solicitações de refúgio. A atual situação dos antigos refugiados angolanos, agora cidadãos brasileiros, pode servir de espelhamento para a implementação de novas políticas públicas garantidoras de direitos aos imigrantes.



Objetivos

O Brasil está bem posicionado no cenário mundial como um dos principais mediadores de relações entre países africanos e seus antigos colonizadores. Seu destaque em fóruns multilaterais como a CPLP favorece o exercício do *soft power*. O governo do presidente Lula repactuou diversas alianças de suporte técnico e solidário a países africanos, consolidando o protagonismo brasileiro nas ações de cooperação sul-sul. Tais vieses, portanto, colocam o tema tratado nesta pesquisa como um dos mais centrais dentro dos novos e prováveis planos políticos de governo a serem elaborados no Brasil nos próximos anos. Este trabalho objetiva entender quais as principais motivações dos nativos de Angola ao migrarem para o Brasil, buscando compreender se somos de fato um país acolhedor aos países africanos ou se nossa hospitalidade é mero recurso retórico.

Metodologia

O método utilizado para o desenvolvimento deste trabalho foi a revisão de documentação oficial sobre os mecanismos nacionais de amparo a refugiados, a análise de bibliografia sobre o tema de migrações e pesquisas em publicações variadas que abordassem a rotina de imigrantes africanos no Brasil. Além disso, o trabalho de campo, fundamentado em entrevistas qualitativas, foi essencial para revelar os aspectos heterogêneos do grupo em questão.

Conclusões

Ao todo, foram entrevistados 26 angolanos, pois o objetivo inicial era aplicar um formulário que traçasse um retrato da “comunidade angolana” no Rio de Janeiro. No entanto, o convívio entre eles fez entender que muitas vezes o que há de comum é só o lugar de nascimento. São corpos migrantes à procura de sonhos em outro país, que, por muitos acasos, ou não, é o Brasil. Todos, porém, marcam em suas falas o ser africano e as implicações que isso acarreta quando se vive em um país racista.

Referências bibliográficas

CASTLES, Stephen. Why migration policies fail? *Ethnic and Racial Studies*, v.. 27, n. 2, p. 205-227, mar. 2004.

GLICK, Nina. *A global perspective on transnational migration: theorizing migration without methodological nationalism*. Centre on Migration, Policy and Society Working Paper nº. 67, University of Oxford, 2009.

KEELY, C. Demography and international migration. In: BRETTELL, C.; HOLLIFIELD, J. *Migration theory: talking across disciplines*. New York, London: Routledge. 2000.

PETRUS, Regina. *Emigrar de Angola e imigrar no Brasil: jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: história(s), trajetórias e redes sociais*. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

10ª Jornada de Iniciação Científica

SEYFHERT, Giralda. O Estado brasileiro e a imigração: colonização, emigração e a questão racial no Brasil. *Revista Usp*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, março/maio 2002.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Os anti-Rui Barbosa: a obra e a atuação política de Alcindo Guanabara

Bolsista

Yan da Mota Campos

Curso/Instituição

História, Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Orientador

Christian Edward Cyril Lynch

Projeto

Os anti-Rui Barbosa: a obra e a atuação
política de Alcindo Guanabara

Agência de financiamento

CNPq

Período

agosto 2014 a julho 2015

A transição política do governo monárquico para o governo republicano no Brasil é marcada por uma série de conflitos de âmbito nacional, seja no campo econômico, social ou até mesmo político. A “impopularidade” da monarquia nas últimas décadas do século XIX deu força à propagação de grupos republicanos, que encontraram nos ideais positivistas forças para construir uma argumentação contra a monarquia. Chamo de “impopularidade” monárquica a representação que a reação à abolição tomou, tanto por parte da aristocracia escravocrata ruralista quanto por parte dos jacobinos positivistas, representados principalmente pelos comerciantes e militares.

Na primeira parte da pesquisa, foram levantados os escritos de Joaquim Nabuco nos jornais da época, mais especificamente entre os anos de 1888 e 1896, permitindo a construção de um pano de fundo para a compreensão do estudo anti-Rui, realizado no semestre seguinte. Tem-se, nos escritos do Nabuco, a imagem de um monarquista convicto e, acima de tudo, liberal, que defende o desenvolvimento econômico recorrente da abolição, como a imigração espontânea e o aumento de transações envolvendo capital estrangeiro. O pensador descreve a reação republicana à Lei Áurea em um dos seus artigos: “A posição abolicionista é especial diante desse progresso republicano. Ele é o resultado não do impulso progressista da abolição, mas dos ressentimentos por ela criados” ^[3].

3 NABUCO, Joaquim. *O País*, 15 set. 1888.



10ª Jornada de Iniciação Científica

Após o 15 de Novembro, uma série de pensadores põe como tema central a crítica ao domínio oligárquico e defende a Constituição de 1891 em sua forma liberal e democrata. Entre eles está presente Rui Barbosa, principal imagem da oposição do movimento republicano, que, no futuro, teria seus participantes reconhecidos por vilipêndios como: politiqueros e autoritários.

Com o objetivo de compreender mais detalhadamente a trama política da República Velha, como viria a ser chamado o período posteriormente, o projeto resgata a obra e a atuação de Alcindo Guanabara no cenário de análise. Logo na primeira década como deputado, analisando os discursos parlamentares do político, encontram-se diversas defesas de projetos econômicos, como construção de estradas de ferro, incentivo às indústrias, tributação sobre gêneros de importação e até mesmo questões sobre a organização do exército, como o alistamento comum. Seus discursos comprovam seu caráter situacionista e jacobino, mas ao mesmo tempo se distanciam da ideia de um reacionarismo republicano impulsionado única e exclusivamente por interesses individuais e reações aos últimos decretos monárquicos.

Compreender a obra de Alcindo Guanabara, portanto, permite automaticamente pensar nas primeiras décadas da República, até 1930, por um período não só marcado pelo governo da aristocracia ou pela luta dicotômica liberal x autoritarismo, mas sim por um período marcado por políticos e deputados distintos entre si. Não se trata de se fazer visível a atuação política da situação, mas sim de resgatar uma obra com um grande alcance social e político.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Referências bibliográficas

COMÉRCIO de São Paulo, São Paulo, 1893-1909.

GUANABARA, Alcindo. *A presidência Campos Sales*. Brasília: Ed. SSETEC, 2005.

JORNAL do Brasil, Rio de Janeiro, 1890- .

LYNCH, Christian. *O Império é que era e república: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco*. São Paulo. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n85/a08n85.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2015

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2012.

O PAÍS, Rio de Janeiro, 1884-1934.



10ª Jornada de Iniciação Científica

Os Oliveira Castro e Pontes Câmara: síntese e conclusões

Bolsista

Ana Carolina Monay dos Santos

Curso/Instituição

História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Orientador

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Projeto

Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: as conexões nos arquivos pessoais

Agência de financiamento

CNPq

Período

março 2014 a julho 2015

O presente trabalho visa a expor os resultados alcançados no projeto “Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: as conexões nos arquivos pessoais”, buscando, na apresentação, refazer os caminhos que foram percorridos até que as conclusões aqui expostas pudessem ser elaboradas.

O objetivo geral do projeto foi a reunião e a organização do conjunto documental dos arquivos pessoais das famílias Oliveira Castro e Pontes Câmara, com vistas à preservação da memória de tais famílias, bem como à montagem de arcabouço de fontes para pesquisas historiográficas sobre o período da História do Brasil e do Rio de Janeiro que compreende o acervo, dentro de diversos eixos temáticos, como economia, política, tradições e costumes.

A família Oliveira Castro teve grande destaque na cena social e política do Rio de Janeiro, entre fins do século XIX e início do século XX. José Mendes de Oliveira Castro, bem sucedido no comércio, recebeu o último título de nobreza conferido em terras brasileiras, em 13 de novembro de 1889, tornando-se Barão de Oliveira Castro. Para escapar da efervescência republicana, partiu com sua família para Portugal, onde seu filho, de mesmo nome, viria a se tornar o II Barão de Oliveira Castro, sendo o último a receber um título de nobreza por critério de hereditariedade.

O cruzamento com a família Pontes Câmara se dá, no plano pessoal, pelo matrimônio entre José Mendes de Oliveira Castro (filho) e Maria Estephânia Pontes Câmara. O sucesso da família Pontes Câmara no

10ª Jornada de Iniciação Científica

ramo cafeeiro veio a ser catalisado no acirramento dos laços com a família Oliveira Castro, sendo O Café Câmara, produzido pela empresa Castro, Silva & Cia, um dos resultados dessa aliança.

Junto ao esforço intelectual que refletiu e interveio na complexidade do arranjo, também foi realizado um trabalho técnico sobre os documentos, como a desmontagem dos álbuns – com auxílio do setor de preservação – e o acondicionamento dos documentos, a fim de preservar a documentação e evitar danos.

À luz dos princípios da Arquivologia, o exercício intelectual possibilitou um arranjo do conjunto documental – que conta com cerca de 1500 itens – estabelecido em duas Séries, compostas por documentos de cada família: Série Oliveira Castro e Série Pontes Câmara. A Série Oliveira Castro foi organizada em 10 dossiês temáticos, que contêm, sobretudo, documentos imagéticos, mas que abarcam também alguns textuais, em sua maioria correspondências trocadas entre membros da família. Já a Série Pontes Câmara não foi dividida em dossiês, dada a lógica interna de sua documentação e a quantidade de documentos. Essa documentação já se encontra toda disponibilizada no *site* da FCRB.

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações técnicas, n.51).

DURANTI, Luciana. The archival bond. *Archives and Museum Informatics*, Netherlands: Kluwer Academia Publishers, v. 11, p. 213-218, 1997.

10ª Jornada de Iniciação Científica

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 151-168, 1998.

THOMASSEN, Theo. A first introduction to Archival Science. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan/jun. 2006.

YEO, Geoffrey. Concepts of record (1): evidence, information and persistent representations. *The American Archivist*, Chicago: The American Archivist, v. 70, n. 2, p. 315-343, 2007.

GENEALOGIA da família Oliveira Castro disponibilizada por António Mendes de Oliveira e Castro/Lucinha Sansom O.S.B./Maria Luísa Campos de Carvalho. Disponível em: http://www.museu-emigrantes.org/Antonio_MOC1.htm.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Tipologia documental na família Barbosa de Oliveira

Bolsista
Camilla Campoi de Sobral
Curso/Instituição
Arquivologia, Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Orientador
Lucia Maria Veloso de Oliveira
Projeto
Tipologia documental na família Barbosa de
Oliveira
Agência de financiamento
FCRB
Período
outubro 2014 a julho 2015

O projeto *Tipologia Documental na Família Barbosa de Oliveira*, iniciado em 2013, está situado no escopo do Grupo de pesquisa *Patrimônio Documental, Informação e Acesso* e tem como principal objetivo o uso da tipologia documental como método de abordagem dos arquivos, visando a contribuir para a descrição arquivística e, conseqüentemente, ampliar o uso dos arquivos.

A Coleção Família Barbosa de Oliveira foi doada para a Fundação Casa de Rui Barbosa em 1993, pela família de Américo Lourenço Jacobina Lacombe. Tal coleção retrata em seus documentos um modo de viver e de se relacionar da família no período de 1778 a 1965. O recorte utilizado neste projeto restringe-se à documentação dos séculos XVIII e XIX.

Pretendemos identificar as espécies documentais e tipológicas produzidas nos séculos XVIII e XIX, dentro do contexto histórico e social que o universo empírico da *Coleção Família Barbosa de Oliveira* contempla, contribuindo para a elaboração de uma bibliografia de referência e estimulando a produção de conhecimento na área referente à tipologia documental aplicada a arquivos pessoais.

Assim, a pesquisa em andamento promove o estudo tipológico em arquivos pessoais com o intuito de aprofundar o conhecimento das ações e atividades que dão origem ao documento em si, utilizando esse método no âmbito dos arquivos produzidos na intimidade da vida pessoal.

10ª Jornada de Iniciação Científica

A base teórica concentra-se no contexto de produção do documento e na tipologia documental. A revisão da literatura incluiu os temas: arquivos pessoais, tipologia documental, diplomática, manuais de postura e legislação. A análise visa a estabelecer um contexto de normas e padrões do registro documental, a partir do estudo das relações das funções/atividades do titular do arquivo e da vinculação entre a espécie e o tipo documental.

Os tipos documentais identificados dentro do universo empírico foram sistematizados em um *glossário conceitual de tipologias* que utilizou conceitos da área da Arquivologia, do Direito, da Comunicação, da Literatura, da História e também dos manuais de costumes.

O trabalho realizado combina a identificação de espécies documentais e tipológicas produzidas nos séculos XVIII e XIX e o estudo dos contextos de normas e padrões que englobam a produção do registro documental. Por tratar-se de um universo empírico que compreende a vida privada e suas relações, estas atividades são extremamente delicadas, evidenciando a necessidade de uma atenção aos padrões de comportamento e conduta vigentes no período da produção documental.

Ao final do projeto, será possível disponibilizar ao usuário os tipos documentais identificados no universo empírico, que servirão como um dispositivo de acesso e difusão na medida em que fornecem ao usuário as atividades que deram origem ao registro documental. Também será possível a elaboração de uma bibliografia de referência que contribua no que diz respeito à tipologia documental em arquivos pessoais.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Referências bibliográficas

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002.

_____. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

ROQUETTE, J.I. *Código do bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Análise da tipologia documental na família Barbosa de Oliveira

Bolsista
Ingrid Constantino de Souza
Curso/Instituição
Arquivologia, Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Orientador
Lucia Maria Velloso de Oliveira
Projeto
Análise Documental na Família Barbosa
de Oliveira
Agência de financiamento
FCRB
Período
agosto 2015 e julho 2015

Introdução

Este relatório é referente às atividades realizadas no projeto: *Tipologia documental na Família Barbosa de Oliveira*, sob a coordenação da pesquisadora Lucia Maria Velloso de Oliveira, no período de agosto de 2014 a janeiro de 2015.

Dentre as atividades realizadas no projeto, elaborou-se o formulário para as tipologias, a fim de analisar cada um dos 63 documentos classificados em: Relação, Carta, Concessão, Certidão, Nota, Diploma, Poema, Santinho, Declaração, Cartão, Caderno, Diário, Recibo, Título e Licença.

Foram também analisados documentos pessoais em *sites* diversos. Em “Minnesota Historical Society”, encontraram-se 1835 documentos pessoais selecionados. Em “The National Archives”, do Reino Unido, localizaram-se 1927 documentos pessoais; entretanto, esses documentos eram tratados nos *sites* como espécie, o que não contribuía para este projeto.

Objetivo Geral

Identificar a tipologia documental produzida nos séculos XVIII e XIX a partir da Coleção Família Barbosa de Oliveira (CFBO).



10ª Jornada de Iniciação Científica

Objetivos específicos

- Elaborar bibliografia de referência para a questão da tipologia documental;
- Identificar as espécies documentais produzidas nos séculos XVIII e XIX no Brasil, dentro do contexto histórico e social representado na Coleção Família Barbosa de Oliveira;
- Identificar os tipos documentais produzidos nos séculos XVIII e XIX no Brasil, dentro do contexto histórico e social representado na Coleção Família Barbosa de Oliveira;
- Contribuir para a produção de conhecimento na área referente à Tipologia documental aplicada aos arquivos pessoais.

Metodologia

Na primeira etapa, fez-se o levantamento bibliográfico, composto de 40 itens, sendo 28 relativos a arquivos pessoais e análise tipológica e 12 referentes aos códigos de postura do século XIX e XX e da sociedade deste período de uma maneira geral.

Em seguida, selecionaram-se as fontes e, assim, pôde-se realizar com a equipe a identificação das espécies documentais da Família Barbosa de Oliveira. Estas atividades estão em fichas no formulário de identificação de tipologias.

Considerações finais

Nestes primeiro ano como bolsista do Projeto, tive a oportunidade de conhecer melhor o funcionamento do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da FCRB, por meio do cotidiano do trabalho, com a realização de reuniões periódicas para a discussão de assuntos pertinentes e, inclusive, para sanar algumas dúvidas. Além disso, a rotina de atividades foi contemplada, num primeiro momento, com leituras de bibliografia que colaboraram para o desenvolvimento da pesquisa.

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

_____. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

ROQUETTE, J.I. *Código do Bom-Tom, ou, Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Glaziou, o paisagista do império: uma revisão

Bolsista
Alyne Fernanda Cardoso Reis
Curso/Instituição
Arquitetura e Urbanismo, Centro
Universitário Augusto Motta
Orientador
Ana Pessoa dos Santos
Projeto
Glaziou, o paisagista do império:
uma revisão
Agência de financiamento
CNPq
Período
agosto 2014 a julho 2015

Introdução

“Glaziou, o paisagista do império” é um *site* que busca a valorização e a divulgação de pesquisas e estudos sobre o paisagismo, abordando o surgimento de um novo contexto urbano, datado do século XIX, e a biografia e a trajetória profissional do paisagista francês.

O *site* foi estruturado em quatro seções: Resumo biográfico, Cronologia das realizações, Principais projetos do paisagista e Referências, em que se reúnem indicações de *sites*, livros, artigos e documentos que serviram de base para o desenvolvimento do referido espaço virtual.

Auguste François Marie Glaziou nasceu em 30 de agosto de 1833, em Lanion, Bretanha. Veio para o Brasil e aqui permaneceu até 1897. Durante sua estadia no país, ocupou o cargo de diretor geral de Matas e Jardins da Casa Imperial, Inspetor dos Jardins Municipais e integrou a Associação Brasileira de Aclimação, onde realizou a implantação de Parques e Jardins, de modelo inglês, imprimindo sua marca em caminhos sinuosos, recantos pitorescos, árvores de diversas espécies, grutas, entre outros.

A sua passagem pelo Brasil deixou importantes legados até os dias atuais, como o Jardim da Quinta da Boa Vista, Passeio Público e o Campo de Santana. O *site* é, assim, mais uma obra com a intenção de preservar memória do artista francês.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Objetivos

O projeto tem a finalidade de revisar e atualizar o mencionado *site*, da Fundação Casa de Rui Barbosa, compreendendo: i) revisão e atualização de *links* com artigos, livros e *sites* relacionados ao tema; ii) elaboração de ementas para as fontes divulgadas (livros, artigos, teses e *sites*); iii) revisão e ampliação da cronologia; e iv) realização de pesquisas junto ao Arquivo Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e Biblioteca Nacional, a fim de reorganizar as informações, acrescentar referências bibliográficas e ampliar o conhecimento sobre os jardins documentados.

Metodologia

Os passos metodológicos adotados no projeto foram: i) revisão bibliográfica acerca do tema: leitura e fichamentos; ii) visita a jardins elaborados por Glaziou, como os do Campo de Santana, Quinta da Boa Vista e Museu Mariano Procópio; iii) edição de fotografias e mapas, encontrados nos acervos da Biblioteca Nacional e Arquivo da Cidade; iv) participação em cursos e palestras, como o curso “Arquitetura e poder na Europa Napoleônica: Grandjean de Montigny na Westfália”, promovido pelo CMI; e v) participação em *workshops*, como “Restauro de Jardins Históricos”, realizado pela paisagista portuguesa Profa. Cristina Castel-Branco, na Fundação Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, de 21 a 23 abril de 2015.

Considerações finais

A pesquisa continua em desenvolvimento, pois há necessidade da confirmação de dados e informações que são amplamente divulgados e encontrados em livros, porém ainda sem documentos comprobatórios da data da chegada de Glaziou ao Brasil.

Outro encaminhamento que se encontra em curso é o da pesquisa sobre o jardim da Casa de Mariano Procópio, de modo a avaliar a contribuição do paisagista nesse sentido. Além disso, estão sendo também verificados os projetos de praças e logradouros municipais realizados pelo artista.

Referências bibliográficas

FAZOLATTO, Douglas. *Juiz de Fora: imagens do passado*. 4. ed. Juiz de Fora: Panorama, 2007.

REVISTA *Leituras Paisagísticas: Teoria e Práxis*, Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, v. 1, 2006.

TERRA, Carlos G. *Os jardins no Brasil no século XIX: Glaziou revisitado*. 2. ed. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2000.

TERRA, Carlos G.; TRINDADE, Jeanne. *Arqueologia na paisagem: olhares sobre o jardim histórico*. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Edição textual do *site* “A casa senhorial”

Bolsista
Barbara Ribeiro Gonçalves
Curso/Instituição
Letras (Português/Literatura
Brasileira), Universidade Federal
do Rio de Janeiro (UFRJ)

Orientador
Ana Pessoa dos Santos

Projeto
A casa senhorial entre Lisboa e o
Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII
e XIX). Anatomia de interiores –
Edição de *site*

Agência de financiamento
CNPq

Período
agosto 2014 a julho 2015

“A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (nos séculos XVII, XVIII e XIX). Anatomia de interiores – Edição de *site*” é um projeto de âmbito binacional, elaborado entre 2011 e 2015, e promovido em parceria da Fundação Casa de Rui Barbosa com a Universidade Nova de Lisboa (IHA/FCSH da UNL) e a Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (ESAD/FRESS).

A pesquisa propõe o estudo dos interiores de dez casas senhoriais brasileiras e vinte e cinco casas lisboetas, ressaltando seus aspectos valorativos, representativos, materiais, históricos e arquitetônicos, por meio da reunião de dados e de pesquisas realizadas no Brasil e em Portugal.

Devido à pluralidade de meios de informação alçados – textos descritivos, fotografias, artigos, inventários –, fez-se necessária a elaboração de uma única ferramenta que auxiliasse na transmissão, reunião e preservação dos documentos obtidos pelos dois países.

Assim, o Centro de Memória e Informação (CMI) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) deu início à metodologia de sistematização dos dados levantados pelos pesquisadores, por meio da elaboração e criação de um *site*, a fim de reunir e organizar todo o material pesquisado. Deste modo, a construção de uma plataforma de pesquisa atuaria tanto como ponto de integração cultural entre Brasil e Portugal, quanto como um modelo de apoio e consultas abertas à sociedade.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Para a efetuação de todo o conteúdo textual, aderiu-se a um procedimento uniforme, por meio da construção e utilização de fichas com os dados das casas e com a elaboração de um manual de normas descritivas e de normas de uso, objetivando a padronização linguística e estética das informações arquitetônicas dos interiores das casas senhoriais inseridas no *site*.

Desta forma, as atividades de anexação da documentação, artigos e dados reunidos à plataforma de consulta *online*, tal como a formatação, transformação e elaboração das pesquisas em formato de textos descritivos, colaboram para a melhor compreensão informacional, apresentação estética, padronização e organização visual e textual, tendo por finalidade a transmissão e facilitação da leitura e acesso à informação.

Sendo assim, o ofício do bolsista concentra-se na elaboração, revisão ortográfica, produção, descrição e classificação de todo o conteúdo textual, bem como na realização de atividades de padronização e formatação estilística e estética do *site*. É imprescindível que todas essas ocupações sejam efetuadas ponderadamente, de modo a tornar as informações acessíveis a todos os tipos de leitores.

Perante isso, o exercício de edição procura adequar a linguagem, de forma a captar e incluir as informações e dados angariados, difundindo-os em uma disposição clara e acessível, incorporados a um veículo precursor de pesquisa.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Referências bibliográficas

Bases de dados:

BASE Iconografia/Arquivo histórico e Institucional/FCRB.

BASE Museu/Museu Casa de Rui Barbosa/FCRB.

INSTITUTO CULTURAL J. SAFRA. *Museu Casa de Rui Barbosa*. São Paulo: Banco Safra, 2013. Conservação Preventiva/FCRB. Disponível em: <<http://acervos.casaruibarbosa.gov.br/>>.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Pré-Projeto de plano de desastres para a Fundação Casa de Rui Barbosa

Bolsista
Gabriela Lúcio de Sousa

Curso/Instituição
Conservação e Restauração, Universidade
Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Orientador
Edmar Moraes Gonçalves

Projeto
Conservação integrada: implantação
de programa de pesquisa no campo da
deterioração dos acervos documentais

Agência de financiamento
CNPq

Período
novembro 2014 a julho 2015

Introdução

A Fundação Casa de Rui Barbosa é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura que tem como missão a manutenção, preservação e difusão do acervo do Museu Casa de Rui Barbosa e de seu jardim histórico e o desenvolvimento da cultura, pesquisa e ensino, especialmente relacionado à divulgação e ao tributo da obra e da vida de Rui Barbosa. Pensando em formas de preservar seus acervos e os funcionários da instituição em situações de sinistro, o pré-projeto de plano de desastres foi desenvolvido.

Para que esse plano seja eficiente e realmente aplicável à rotina da instituição, idealizaram-se políticas de preservação contínua e de segurança do trabalho que envolvessem funcionários de setores diferentes e seus acervos. Nesse sentido, o pré-projeto de plano de desastres foi dividido em duas etapas: uma antecede ao projeto em si, e outra, referente à construção do plano de desastres. A primeira trata de políticas de segurança do trabalho, brigada de incêndio, formação das equipes de desastres e de recuperação; e a segunda trabalha com a organização e montagem do Plano de Desastres.

Objetivos

O projeto tem como objetivo a construção de uma forma eficiente de preservar os acervos e os funcionários diante de uma situação inesperada, ultrapassando os limites do plano de desastres.

Por isso, é estabelecida, como etapa para criação do plano, uma política de preservação e segurança do trabalho.

Metodologia

O pré-projeto foi desenvolvido com base em um extenso levantamento bibliográfico, que incluiu planos de desastres de algumas instituições, normas regulamentadoras de leis trabalhistas, legislações do Corpo de Bombeiros e, em alguns casos, legislações específicas para casos de incêndio em acervos culturais.

Também como parte da bibliografia, o levantamento de riscos da Fundação Casa de Rui Barbosa foi usado para definir os possíveis incidentes que possam ocorrer na instituição.

Além do levantamento bibliográfico, algumas consultas foram feitas aos responsáveis por setores da instituição, como o Serviço de Administração e Serviços Gerais (SASG), o Serviço de Preservação e a Arquitetura, para obter informações e documentações específicas.

Considerações finais

Após o levantamento bibliográfico e as consultas realizadas nos setores da instituição, o pré-projeto foi finalizado. Podemos dizer que o plano de desastres da Fundação Casa de Rui Barbosa é uma possibilidade palpável.

10ª Jornada de Iniciação Científica

É importante salientar que o pré-projeto é o início de um programa de combate a sinistros; portanto, o projeto não termina aqui: precisará da participação de cada funcionário e de cada visitante para existir fisicamente.

Referências bibliográficas

SPINELLI, Jayme. PERDESOLI, José Luiz. *Biblioteca Nacional – Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

PERDESOLI, José Luiz. *Relatório de avaliação de riscos para o acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

FATEC Cruzeiro – Professor Waldomiro May. *Plano de Emergência 2011 – PE 2011*. São Paulo: Centro Paula Sousa, 2011.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Cristiane da Rosa Elias

Curso/Instituição
História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Orientador
Ivana Stolze Lima

Projeto
Africanos, descendentes e comunidades linguísticas no Brasil e no mundo Atlântico.

Agência de financiamento
CNPq

Período
agosto 2014 a julho 2015

Política de separação étnica na escravidão africana no Brasil: até que ponto existiu?

Este trabalho é um desdobramento do Projeto desenvolvido pela Professora Dra. Ivana Stolze Lima, a partir das fontes disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino, cujo objetivo é analisar as formas, encontradas por autoridades coloniais, de lidar com as línguas africanas na colônia portuguesa, fosse para mantê-las ou consolidá-las. O trabalho propiciará, ainda, o registro e o conhecimento de algumas línguas africanas faladas no Brasil no período.

Como continuidade do projeto, o objetivo é refletir sobre as estratégias construídas pelos portugueses no período colonial para lidar com a diversidade linguística presente entre os diferentes grupos étnicos africanos escravizados no Brasil, entendendo essa diversidade também do modo pelo qual os escravos reagiam e se expressavam dentro do sistema escravista.

Como hipótese interpretativa, foi formulada a seguinte questão: Houve uma política de separação étnica na colônia, especificamente no século XVIII? Partindo dessa premissa, foram analisados quatro documentos: a Provisão Régia, de 18 de junho de 1725; a carta do vice-rei Vasco Fernandes César Meneses, de 23 de fevereiro de 1726; a carta do governador de Minas Gerais D. Lourenço de Almeida, de 27 de maio de 1726; e a carta do governador do Rio de Janeiro Luís Vahia Monteiro.

Na Provisão Régia, foi relatada a sublevação de angolas e minas contra os brancos nas Minas, na tentativa de tomarem o poder para fundarem um reino próprio. As cartas examinadas consistem em respostas

às denúncias na Provisão Régia, a respeito de possíveis levantes de escravos. As informações aí contidas ilustram o modo de vida, a população local e as medidas propostas pelas autoridades para manter o controle sobre a massa escrava. A carta de Vasco Fernandes César de Menezes apresenta como medida a separação de tais nações em função de suas qualidades domésticas; a de D. Lourenço de Almeida propõe como solução a mistura de várias nações para que estas não chegassem a um acordo. Já na do governador Luís Vahia Monteiro, via na diferença das nações a solução para evitar revoltas contra os senhores.

Como procedimento metodológico, inicialmente foram analisados documentos manuscritos do Conselho Ultramarino dos séculos XVII e XVIII, integrantes do acervo do Arquivo Histórico. E, com o objetivo de completar a interpretação analítica, foram lidos textos sobre o Brasil colônia e a história linguística.

Sendo assim, o trabalho nos apresenta, por meio dos documentos, o período analisado, os agentes coloniais, o modo pelo qual o controle era exercido nas capitanias, a mentalidade desses habitantes e as possibilidades de organização dos escravos.

Referências bibliográficas

CATÁLOGO, Bahia, Luiza Fonseca, cx. 22, doc. nº 2545 e 2546. Acervo Conselho Ultramarino do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. 7 ago. 1673.

CATÁLOGO, Bahia, cx. 25, doc. nº 2310. Acervo Conselho Ultramarino do, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. 23 fev. 1726.

10ª Jornada de Iniciação Científica

CATÁLOGO, Vila Rica, cx. 8, doc. nº 73. Acervo Conselho Ultramarino do, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. 27 mai. 1726.

LARA, Silvia Hunold. Consulta de 18 de setembro de 1728. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Coord.). *Nuevas aportaciones a la historia jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera: 2000. p. 528-530.

_____. Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; ALMEIDA, Miguel Vale de; BASTOS, Cristiana (Org.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. 1. ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002. p. 205-225.

RODRIGUES, José Honório. A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial. *Humanidades*, v. 1, n. 4, jul./set. 1983.

10ª Jornada de Iniciação Científica

O conhecimento sobre a língua geral de mina no Brasil

Bolsista

Mariane Godoy da Costa Leal Ferreira

Curso/Instituição

História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Orientador

Ivana Stolze Lima

Projeto

Africanos, descendentes e comunidades linguísticas no Brasil e no mundo Atlântico

Agência de financiamento

CNPq

Período

agosto 2014 a julho 2015

O projeto “Africanos, descendentes e comunidades linguísticas no Brasil e no mundo Atlântico” tem como objetivo investigar a circulação e uso de línguas africanas no Brasil, com o intuito de refletir sobre a experiência dos africanos e seus descendentes no país, a partir da vivência do tráfico e de suas tentativas de construção e reconstrução de vínculos sociais. Observaremos a questão da língua dos cativos com base na obra *Alguns apontamentos da língua mina com as palavras em português correspondentes* (1731), manuscrito da Biblioteca Nacional de Portugal transcrito e analisado durante a pesquisa. Essa obra é uma primeira versão mais curta da *Obra nova da língua geral de Mina* (1741). Ambas foram escritas por Antonio da Costa Peixoto, um leigo português residente em Minas Gerais, como tentativa de escrever um idioma (pertencente ao grupo linguístico GBE), que era unicamente oral, por meio de uma lista de palavras e alguns diálogos. A obra consiste em um livro manuscrito de pequenas dimensões (aproximadamente 14 folhas), que permitiria fácil circulação e consulta.

Com o auxílio da historiografia e de textos da área linguística, observamos que a obra tinha o propósito de estabelecer um diálogo maior entre diferentes grupos sociais, possibilitando uma compreensão mútua da fala do próximo, o que seria mais importante do que ajudar os senhores de escravos a evitar revoltas e emboscadas, por parte dos cativos, e manter a ordem pública, como aparece na apresentação da versão de 1945.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Ao longo da análise, observou-se que o manuscrito era formado por um vocabulário que continha uma lista de palavras africanas com o correspondente em português sobre o cotidiano da vida rural: apresentava uma lista de comidas, animais de fazenda, roupas, partes do corpo humano, utensílios de cozinha – temas que não têm a ver com a questão da revolta e ordem pública. Cada um dos assuntos era tratado em um ou mais verbete; alguns, porém, continham palavras que não se encaixavam na temática, como no caso de *Dhema*, que significa “papel”, inserida em grupos de palavras que se referiam a animais e seus derivados. Com algumas exceções, os vocábulos estavam agrupados por temas e também por derivações de um mesmo radical. Como exemplo, temos o termo *Nhi*, que significa “boi”, com o acréscimo de diversos sufixos (*sy* para feminino e *vû* para diminutivo).

Na obra, Peixoto escreve sobre as “Contas de Ouro”, traduzindo numerais e medidas de ouro, necessárias em um contexto de mineração para o comércio. Ele escreve também sobre a figura feminina, em relação ao trabalho doméstico e à prostituição em uma sociedade majoritariamente masculina. Outro aspecto que aparece é a bebida alcoólica, assunto recorrente ao longo da obra e provavelmente no cotidiano do autor. Há um parágrafo com palavras de baixo calão, que Peixoto optou por não traduzir, e um com palavras referentes às religiões africanas, que foram associadas ao cristianismo.

O vocabulário do estudioso é uma fonte rica para entendermos uma sociedade marcada pela presença de povos das mais diferentes origens, que passaram a conviver em virtude da experiência do tráfico e da imigração. O alcance dessa língua não se restringiu apenas à região mineradora onde vivia o autor, pois há indícios de seu uso em outras localidades, como na cidade do Rio de Janeiro, em uma irmandade de pretos minas, na igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia, também do século XVIII.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Referências bibliográficas

BIBLIOTECA Nacional de Portugal. Seção de reservados. PEIXOTO, António da Costa. *Alguns apontamentos da língua mina com as palavras em português correspondentes*. 1731. [microfilme]

PEIXOTO, António da Costa. *Obra nova da língua geral de Mina*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1945. Disponível em: <http://purl.pt/16608>. Acesso em: 19 nov. 2014

ARAÚJO, Fernando César. *Fome de ouro e fama da obra*, 2013. <Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a53-faraujo.pdf> >. Acesso em: 3 jul. 2015.

LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. (Org.). *História social da língua nacional*. 1.ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.

LARA, Silvia Hunold. Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. 1.ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002. p. 221-241.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

YAI, Olabiyi. Texts of enslavement: fon and yoruba vocabularies from eighteenth – and nineteenth – century Brazil. In: LOVEJOY, Paul E. (Org.) *Identity in the shadow of slavery*. 2.ed. London: Continuum, 2009. p. 102-112.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Martins Pena e a “Revolta dos Coristas”

Bolsista
João Luiz Garcia Guimarães
Curso/Instituição
História, Universidade Federal Fluminense
(UFF)
Orientador
Antonio Herculano Lopes
Projeto
O moderno, o nacional e o popular no teatro
oitocentista fluminense (1838 – 1908).
Agência de financiamento
CNPq
Período
agosto 2014 a julho 2015

Introdução

Deixando à parte a já bem reconhecida produção de comédias, farsas, contos e dramas, Martins Pena também escreveu folhetins de crítica da cena lírica carioca no *Jornal do Commercio*, entre 8/9/1846 e 6/10/1847. Nestes, demonstra não só um conhecimento musical invejável – e até bem recentemente pouco pesquisado – como também uma percepção aguçada das questões que envolviam a formação dos artistas (músicos, atores e coristas), a montagem das peças e até os problemas envolvendo a administração do Teatro São Pedro de Alcântara.

Objetivos

Em suas comédias, Martins Pena esteve concentrado na “representação da cidade do Rio de Janeiro, em seus tipos e costumes e na discussão de valores^[4]”. Com foco na sociedade livre branca ou mestiça, o escritor também se arriscou a representar a escravidão e o tráfico em *Os dois, ou o inglês maquinista*.

4 LOPES, Antônio Herculano. Martins Pena e o dilema de uma sensibilidade popular numa sociedade escravista. *Fênix – Revista de e Estudos Culturais*. Out./nov./dez. 2007, v. 4, a. 4, n. 4.

Os limites desse retrato são claros para a época em questão: a representação do negro ou do escravo no palco se limitou a formas indiretas. Contudo, ela deu passos mais originais na obra de Pena, ao ser apresentada “em toda a sua violência^[5]” e sem qualquer toque de bufo.

A partir dos elementos expostos acima, propõe-se pensar a “sensibilidade popular”^[6] do autor, partindo de um episódio concreto relatado pelo comediógrafo em seus folhetins, ao qual deu o nome de “revolta dos coristas”^[7].

Metodologia

O potencial informativo dos folhetins sobre a cena lírica carioca, aliados a outros artigos saídos no *Jornal do Commercio*, além de na *Sentinella da Monarchia* e n’*O Mercantil*, constituíram as principais fontes deste projeto. A partir dos primeiros, é possível ter acesso ao Martins Pena jornalista, faceta à qual não faltaram cores cômicas e literárias, mas que apresentou, igualmente, vários elementos importantes para refletir sobre a inserção do comediógrafo em seu meio social e intelectual. Já os jornais deram conta de uma volumosa discussão acerca dos teatros da Corte, em grande parte suscitada pelos ácidos comentários do comediógrafo. Essas fontes têm, portanto, a utilidade de dar conta da repercussão dos folhetins escritos por ele.

5 Ibid.

6 Ibid.

7 MARTINS PENA, Luiz Carlos. *Folhetins: A Semana Lírica*, p. 224

Resultados

É possível perceber a sensibilidade diferenciada de Martins Pena com relação às classes sociais mais desfavorecidas a partir de suas ideias, expressas por diversas vezes nos folhetins. O posicionamento do comediógrafo ao lado dos coristas do Teatro de São Pedro de Alcântara, revoltados contra as condições de trabalho e o atraso em seus pagamentos, fornece pistas importantes para pensar na questão das sensibilidades, incluindo aquela “sensibilidade popular” atribuída ao folhetinista. A “revolta dos coristas” nos dá condições de comparar as diferentes atitudes e opiniões da época em torno da questão trabalhista. Essas atitudes e opiniões revelam sensibilidades distintas, dentre as quais se destaca a de Martins Pena, que se evidencia, sobretudo, por seu viés abolicionista e por sua defesa intransigente das reivindicações dos coristas em um contexto social em que o trabalho assalariado convivia lado a lado com o trabalho escravo.

Posteriormente, o comediógrafo também se posicionaria a favor dos atores da companhia dramática e dos músicos do mesmo estabelecimento, todos eles insatisfeitos com o atraso nos pagamentos. A questão chega ao auge quando, em folhetim de 29 de junho de 1847 (intitulado “A crise teatral”), Martins Pena denuncia a diretoria do teatro, acusando-a de manter o estabelecimento fechado por não possuir dinheiro e não pelo motivo de luto nacional alegado pela mesma.

A diretoria do teatro, enfurecida pelas acusações de Pena, respondeu ao folhetinista de forma bastante desrespeitosa, afirmando que o “míope farçola”^[8], obcecado pela cena lírica e dramática, criara todo

8 *O Mercantil* 8/6/1847

aquele barulho por aspirar ao cargo de diretor do Teatro. Arrematou que ele estava despeitado por não conseguir vender suas peças e traduções. Apesar da grande virulência das afirmações da diretoria, o folhetinista jamais respondeu diretamente às suas ofensas.

O primeiro fato relevante com relação ao conflito relatado acima tem a ver com o fato de que três grandes escravocratas estavam à testa do teatro. Esses homens eram Joaquim Valério Tavares, Manuel Maria Bregaro e José Bernardino de Sá. Os dois primeiros, de acordo com um estudo recente^[9], eram dois comerciantes de grosso trato – e provavelmente de escravos –, proprietários do teatro desde 1837. Foi contra o último, porém, que Martins Pena apontou seu arsenal artístico e intelectual, ao criar a personagem Negreiro, da comédia *Os dois, ou o inglês maquinista*, representada em 1845.

Negreiro é um contrabandista de escravos que disputa com um inglês ardiloso a mão da filha de uma viúva rica. Em uma cena, pergunta-se ao primeiro quem seria o dono do brigue *Veloz Espadarte*, apriisionado na entrada da baía de Guanabara por um cruzeiro inglês por carregar em seu bojo uma leva de meias-caras. O nome do navio em questão é a junção dos nomes de dois navios realmente existentes, o tumbeiro *Veloz* e o bergantim *Espadarte*. O primeiro fora capturado na costa da África em 1838 e o segundo era um navio negreiro de propriedade de José Bernardino de Sá, atuante ainda em 1839^[10].

9 COSTA-LIMA NETO, Luiz de F. *Música, teatro e sociedade nas comédias de Luiz Carlos Martins Penna (1833-1846): entre o lundu, a ária e a aleluia*. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (doutorado em música) – Centro de Letras e Artes da UNIRIO, p. 26

10 Ibid, p. 27

10ª Jornada de Iniciação Científica

Temos, assim, um primeiro ponto: uma antipatia prévia de Martins Pena – que fora funcionário da alfândega – a um dos grandes financiadores do *bel canto* do Teatro de São Pedro de Alcântara, um traficante de escravos. Um segundo ponto é a diferença de sensibilidade para com os empregados do teatro apresentada por esses dois homens. Um trecho da resposta da diretoria ao folhetinista parece bastante esclarecedor nesse sentido:

Às companhias lírica e dramática deve-se os meses de abril e maio, e dias do de junho: à orquestra deve-se as récitas do mês de maio e as poucas de junho. Não faz isto uma diferença enorme do que diz o aspirante a inspetor de cena? No mesmo jornal em que ele assevera dever-se à orquestra quatro meses, não apareceu uma correspondência dos professores da orquestra declarando que só se lhe deve o mês de maio e parte do de junho? *Não é sabido que muitas vezes os artistas e a orquestra têm sofrido maiores atrasos?* E porventura julgou alguém o teatro em crise, ou prestes a falir? Temos provado que também neste ponto o folhetinista mentiu^[11].

E quanto aos coristas? Embora o documento não os mencione, eles também reivindicavam o pagamento dos salários atrasados em três meses, e, sendo o seu salário tão minguaado, os mesmos não tinham outra opção a não ser trabalhar em outros ofícios para poder comer. A solidariedade de Martins Pena esteve o tempo todo ao lado desses homens e mulheres que abriam a boca nos espetáculos mais pela necessidade de subsistir do que pela paixão e habilidade musical que possuíam, e, portanto, não era de surpreender que comessem “metade das notas” que cantavam.

11 *O Mercantil* 8/6/1847. Grifo meu

10ª Jornada de Iniciação Científica

Em folhetim anterior, ele já havia comentado sobre a necessidade de criar um Conservatório de Música, que se encarregaria da formação de coristas, solistas e instrumentistas – exigidos em quantidades cada vez maiores –, significando, igualmente, a abertura de uma “carreira honrosa” para os brasileiros sem recursos próprios, que, por seu turno, se tornariam “cidadãos úteis”^[12]. Em outro folhetim, de 16/2/1847, após elogiar o sucesso da introdução dos bailes mascarados no Teatro de S. Januário pela cantora Clara Delmastro, ele pede que se façam “danças mascaradas e correrias burlescas”^[13] pelas ruas. Assim, a maior parte da população que não poderia pagar pelos ingressos também teria chance de participar, abandonando o entrudo.

Por fim, os exemplos acima deixam claro que a preocupação com os coristas é apenas uma entre outras manifestações da “sensibilidade popular” do comediógrafo. A “revolta dos coristas” nos permite vê-la em ação, produzindo resultados concretos sobre a realidade. As consequências sofridas pela imagem de Martins Pena são grandes: após a polêmica com a diretoria, ele se viu impelido a tentar carreira diplomática na Europa. Magalhães Júnior comenta que suas comédias vinham sendo cada vez mais pateadas no Teatro de São Pedro. Todos esses fatos dão testemunho da complexidade da questão do “popular” e da escravidão em sua época.

12 MARTINS PENA, op. cit., p. 48

13 Ibid, p. 142.



10ª Jornada de Iniciação Científica

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Ayres de. *Francisco Manuel da Silva e seu tempo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

ARÊAS, Vilma Sant'Anna. *Na tapera de Santa Cruz: uma leitura de Martins Pena*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

CARDOSO, Lino de Almeida. *O som social: música, poder e sociedade no Brasil: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2011.

CASTAGNA, Paulo. A Imperial Academia de Música e Ópera Nacional e a ópera no Brasil no século XIX. In: APOSTILA 10: história da música brasileira. São Paulo: Instituto de Artes da UNESP. [S.d.] Disponível em: <https://archive.org/stream/ApostilasDoCursoDeHistoriaDaMsicaBrasileiraJaunesp/hmb-Apostila10>. Acesso em: 5 jun. 2015.

MARTINS PENA, Luiz Carlos. *Comédias*. Editado por Darcy Damasceno. São Paulo: Ediouro, 1956.

10ª Jornada de Iniciação Científica

O teatro e o humor gráfico: as charges de Artur Azevedo na revista *O Malho* (1902-1908)

Bolsista
Natália Cristina Rezende da Silva

Curso/Instituição
História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Orientador
Antonio Herculano Lopes

Projeto
O moderno, o nacional e o popular no teatro oitocentista fluminense

Agência de financiamento
CNPq

Período
agosto 2014 a agosto 2015

O diálogo entre Artur Azevedo e os artistas gráficos não se limitou à produção da revista *O Anno que passa*, publicada no periódico *O Paiz*, no ano de 1907. Muito além das produções do comediógrafo, o humor gráfico não poderia deixar de representar nos jornais e revistas da época as atualidades do teatro e as opiniões de um de seus maiores representantes, o próprio Artur Azevedo.

Por meio de pesquisas realizadas na revista ilustrada *O Malho*, entre os anos de 1902 e 1908, constatamos diversas representações de Artur em charges. Essas imagens fazem menção à sua personalidade e à imagem que se propagou dele naquele momento, tornando-se uma importante fonte de estudo sobre o mesmo. Contudo, são ressaltadas posições veementes do autor relativas à arte nacional e à construção do Teatro Municipal, principalmente entre os anos de 1903 e 1906.

O comediógrafo, revisteiro e também jornalista, consagrou-se por sua veia cômica e sua “verve” em todos os seus escritos, seja em suas obras teatrais, seja em seus artigos nos periódicos da época. Sempre atento às principais notícias da cidade e às apresentações teatrais de maior prestígio, sua coluna “A Palestra”, no jornal *O Paiz*, expressava o que havia de mais significativo no autor: seu humor. Sempre que podia, o autor expunha o seu sonho em construir no Brasil um teatro de qualidade, capaz de alavancar a história do teatro nacional.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Teorizando a respeito das charges, de acordo com Luiz Guilherme Sodré (2012, p. 21), “a charge é um traço de humor que estrutura sua linguagem gráfica – sua narrativa – a partir da observação do sujeito e da intervenção no real”. E segundo Laura Nery (2011, p. 235), as charges podem evocar um “humor de acolhimento”, um conceito pelo qual a pesquisadora demonstra como as charges podem estabelecer uma ponte entre leitor e chargista e manter um diálogo generoso e divertido entre as duas partes sem ter exclusivamente um humor “ferino e cruel”.

Aquele que sempre se fez representar agora se torna o representado. As charges feitas sobre Artur expõem ao público as polêmicas do mundo teatral e convidam o leitor a discutir a problemática da arte nacional, o adiamento da construção do Teatro Municipal e a posição de Artur Azevedo frente a esses episódios. Sendo assim, o trabalho tem como objetivo explorar nas charges tais acontecimentos teatrais que envolvem a figura de Artur – sua opinião e militância – e identificar como o autor é retratado em diversos momentos por esses artistas gráficos.

Referências bibliográficas

MAGALHÃES JUNIOR, Raymundo. *Artur Azevedo e sua época*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

NERY, L.M. Nostalgia e novidade: estratégias do humor gráfico em Raul Pederneiras. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 235.

10ª Jornada de Iniciação Científica

SICILIANO, Tatiana Oliveira. *O Rio e Janeiro de Artur Azevedo: cenas de um teatro urbano*. Rio de Janeiro, Maud, Faperj, 2014.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *O civilista: Rui Barbosa no imaginário político dos chargistas brasileiros*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

_____. *O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

TIBAJI, Alberto. As revistas de ano de Artur Azevedo: espaços de heterogeneidade cultural. *Revista da Unicamp*, 2012.

10ª Jornada de Iniciação Científica

Azevedo Amaral, Rubem Braga e Álvaro Moreyra nas páginas de *Diretrizes* (1938-1939)

Bolsista

Pollyana Faria Lopes

Curso/Instituição

Comunicação Social-Jornalismo,
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro (UFRRJ)

Orientador

Jöelle Rachel Rouchou

Projeto

Diretrizes: um espaço de resistência na
imprensa do Estado Novo (1938-1944)

Agência de financiamento

CNPq

Período

agosto 2014 a julho 2015

Em 1937, Getúlio Vargas deu o golpe de estado que instaurou o Estado Novo. No ano seguinte, foi fundada a revista *Diretrizes*, que teve uma vida relativamente curta, ao todo foram seis anos. Em 1944, o periódico foi fechado pela censura do regime político que acabaria no ano seguinte. No mercado editorial, durante o Estado Novo, o periódico constituiu importante fonte histórica para estudo e compreensão do período. Vergara (2010) distingue as fases da revista em três: uma primeira, de abril a outubro de 1938; a segunda, de novembro de 1938 a novembro de 1940; e a terceira, de dezembro de 1940 a julho de 1944. A principal característica da primeira fase é a direção de Azevedo Amaral, ideólogo do Estado Novo, que lança *Diretrizes* com o objetivo de analisar a conjuntura política, justificando, assim, o regime.

A partir de um recorte acadêmico, este trabalho analisa a primeira fase da revista por meio dos editoriais de Azevedo Amaral e dos textos de Rubem Braga e Álvaro Moreyra, ainda no primeiro ano do periódico, na passagem da primeira para a segunda fase de *Diretrizes*. Este recorte foi escolhido por tratar-se do momento em que o veículo deixou de ser dirigido por um expoente pensador do regime político vigente. Azevedo Amaral foi um dos intelectuais do estado autoritário, posição expressa em seus textos publicados na revista. Interessa-nos estudar como os acontecimentos históricos turbulentos do período são analisados nos textos do autoritário Amaral, sob o prisma cultural feito pelos dois escritores columnistas. Rubem Braga e Álvaro Moreyra montam em suas colunas um panorama crítico sobre os acontecimentos



10ª Jornada de Iniciação Científica

nacionais e internacionais. Os dois apoiam causas democráticas e libertárias em seus textos, em franca oposição aos editoriais de Amaral que justificam e apoiam o regime de Vargas e uma série de eventos antidemocráticos fora do país.

É possível perceber nos editoriais de Azevedo Amaral sua posição política e sua militância em defesa do autoritarismo como um modelo para o Brasil daquele momento. A revista serve como plataforma para que ele possa difundir suas ideias. O primeiro número de *Diretrizes* reflete esse caráter mais sisudo e de doutrinação. No entanto, ao longo do período em que está à frente do periódico, a força dos argumentos políticos de Amaral vão perdendo terreno para as inovações e as novas pautas sugeridas por Wainer, sem que o espaço destinado ao autor fosse alterado. O que chama a atenção é que esse pensamento autoritário de Amaral encontra vozes que divergem de seu ponto de vista. O mosaico formado pelo meio de comunicação permite essa pluralidade de opiniões, essas múltiplas vozes, passíveis de serem percebidas na mídia até hoje.

Rubem Braga participou do primeiro número da revista, enquanto Moreyra só se juntou ao time a partir do número 4. Desde sua primeira coluna, Braga faz uma crônica da cidade e relata a melancolia do homem da rua. Álvaro Moreyra é contratado por Wainer para assinar uma crônica e uma coluna de teatro. Convivem na redação de *Diretrizes* Genolino Amado, que foi chefe da censura de teatro e cinema, e Moreyra. Há muito que se escrever sobre a revista *Diretrizes*; seguimos a nossa tese de que a revista se constituiu num espaço de resistência ao Estado Novo. Mesmo com Amaral, Wainer tinha seus redatores e colunistas convidados que não se abatiam com possíveis censuras a seus textos, como relatamos



10ª Jornada de Iniciação Científica

brevemente aqui, com Braga e Moreyra. Essa resistência se estendia pelas diversas seções da revista. Tal espaço de informação era habilmente distribuído por Wainer, que foi aos poucos – pelo que se depreende da leitura de *Minha razão de viver* – tomando as rédeas da edição das publicações.

Referências bibliográficas

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VERGARA, Anelize. *Rubem Braga: crônica e censura no Estado Novo (1938-1939)*. Assis, 2014. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista.

ROUCHOU, Joëlle. *Samuel: duas vozes de Wainer*. Rio de Janeiro: Ed UniverCidade, 2004.

SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Rio de Janeiro: Record, 2000.



10ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Larissa Santos de Lira
Curso/Instituição
Letras Português-Alemão,
Universidade Federal
Fluminense (UFF)
Orientador
Eliane Vasconcelos
Projeto
Modos e Modas/ Usos e
Costumes
Agência de financiamento
CNPq
Período
janeiro a 2015 a julho a 2015

Corina Coaraci

Corina Coaraci veio para o Brasil com dois anos de idade, e seu trabalho como escritora deu-se no jornalismo, por volta de 1875. Embora dominasse o universo das palavras, política e cultura, relatando acontecimentos de peso na história do país, não deixou livro publicado em vida. Na Fundação Casa de Rui Barbosa, o projeto “Modos e Modas Usos e Costumes” tem por objetivo a elaboração de um texto crítico a partir de publicações da autora em jornais. O projeto foi iniciado com a digitalização dos textos disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional; posteriormente, procedeu-se a um cotejo desses textos, que, já digitados, abriram espaço para a produção das notas.

A maior parte dos textos publicados na coluna Modos e Modas/ Usos e Costumes menciona termos específicos da moda, desde tecidos a apetrechos, além de palavras em língua francesa. Para total compreensão, essas palavras foram selecionadas e, posteriormente, tiveram seus significados pesquisados. O *Grande Dicionário Francês/Português* de Domingos de Azevedo e o *Dicionário Houaiss* auxiliaram nessa etapa da pesquisa.

O projeto contará com a continuidade dessas atividades, visto que a autora Corina Coaraci publicou muitos textos com assinaturas e temas diferentes. À medida que necessário, novos serão digitalizados e novas notas serão selecionadas até que a obra da cronista seja totalmente fechada. Nesse sentido, é importante destacar que a presente pesquisa faz-se de relevo pelo interesse em desvendar novas figuras femininas

10ª Jornada de Iniciação Científica

que romperam com o “estereótipo” do papel atribuído à mulher no século XIX, colocando à disposição de pesquisadores um material fidedigno, dentro das normas estabelecidas pela Crítica Textual.

Referências bibliográficas

AULETE digital. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>.

AZEVEDO, Domingos. *Grande dicionário de português*. 9. ed. Bertrand, 1989.

HEMEROTECA Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/>.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Crítica textual: conceito, objeto, finalidades*. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 7, 1. semestre 1994. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/>

VASCONCELLOS, Eliane. *Corina Coaraci*. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/>>.